

Data da publicação: 30/01/2020 - Órgão Judicial: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SANTA CATARINA - Comarcas / 2ª Vara Cível - Relação

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SANTA CATARINA - Comarcas DO DIA 30/01/2020 - n. 3232 PÁG.: 00888 2ª Vara Cível - Relação - JoaçabaAcao Civil de Improbidade Administrativa - - EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOSADV: RENATA LIMA SIGGELKOW (OAB 21215/SC), ARIANA SCARDUELLI (OAB 32632/SC), GISLAYNE MARIA RUIZ (OAB 22709/SC), JORGE EDUARDO HOFFMANN (OAB ), CARLOS ALBERTO CARLESSO (OAB 8284/SC) Processo 0003195-24.2009.8.24.0037 (037.09.003195-0) - Acao Civil de Improbidade Administrativa - Improbidade Administrativa - Autor: Ministerio Publico do Estado de Santa Catarina - Reu: Marlos Wanderlei Wasen - Lit. Ativo: Estado de Santa Catarina - 1. Oficie-se ao Tribunal Regional Eleitoral, comunicando acerca do teor do acordao transitado em julgado (p. 838/857), para suspensao dos direitos politicos do requerido pelo prazo de 5 (cinco) anos. 2. Oficie-se a Federacao Catarinense dos Municipios (FECAM), ao Tribunal de Contas do Estado (TCE-SC) e a Procuradoria-Geral do Estado de Santa Catarina (PGE-SC), com a finalidade de notificar a respeito da proibicao do requerido em contratar com o Poder Publico e/ou de receber beneficios ou incentivos pelo prazo de 5 (cinco) anos. 3. Deixo de comunicar o Conselho Nacional de Justica, na forma requerida no item "c" de p. 1.011, tendo em vista a insercao da condenacao do requerido no Cadastro Nacional de Condenacoes Civeis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade certificada as p. 1.048/1.051. 4. Quanto ao pedido "c" de p. 1.015, devera o orgao ministerial propor o devido cumprimento de sentenca junto ao sistema EPROC. 5. Cumpridas as diligencias acima, archive-se, com as devidas baixas. Publique-se e intimem-se.